

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO**

CIBELE CARDOSO DOS SANTOS

**A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL:
MERCANTILIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS,
EQUIDADE E
EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR**

**São Paulo
2014**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO**

CIBELE CARDOSO DOS SANTOS

**A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL:
MERCANTILIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS,
EQUIDADE E
EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Monografia submetida à banca examinadora do curso de pós-graduação *lato sensu* em Magistério do Ensino Superior como requisito para obtenção do título de Especialista Docente do Ensino Superior.

Orientador(a): Profa. Dra. Marinella Binda Rossetti

**São Paulo
2014**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO**

CIBELE CARDOSO DOS SANTOS

**A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL:
MERCANTILIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS,
EQUIDADE E
EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Monografia aprovada por banca examinadora em de de 2014.

Banca Examinadora:

profa. Dra. Marinella Binda Rossetti

profa. Dra. Alda Luiza Carlini

**SÃO PAULO
2014**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho e todas as minhas demais conquistas a Deus, aos anjos e santos que sempre estiveram ao meu lado zelando e emanando suas energias para que eu pudesse concluir mais um sonho.

Dedico também esse trabalho a minha família que esteve sempre ao meu lado contribuindo com sua fé, perseverança, humildade, paciência e amor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, o criador que me conferiu força, luz, coragem e sabedoria para trilhar mais uma jornada da minha vida.

Aos meus pais Edirce e Ariston, a quem agradeço todas as noites através de preces pela minha existência.

Ao meu irmão Silas pela ajuda através dos seus conhecimentos expressos em palavras ou por atitudes.

A minha cunhada Camila que me acompanhou em alguns momentos no trajeto para a faculdade.

A professora Marinella Binda Rossetti pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão dessa monografia.

À professora e coordenadora do curso, Alda Luiza Carlini, pelo convívio e pela amizade.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e fora dela, pois graças aos seus ensinamentos cresci muito como profissional.

EPÍGRAFE

“A atitude alimenta meu fogo ou destrói minha esperança. Quando tenho a atitude certa nenhuma barreira é tão alta, nenhum abismo é tão profundo, nenhum sonho tão impossível e nenhum desafio grande demais para mim.”

Charles Swindoll

RESUMO

SANTOS, C. C. dos A expansão universitária no Brasil: Mercantilização, Políticas públicas, equidade e evasão no ensino superior. 2014. 46f. Monografia (Magistério do Ensino Superior) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

Nos últimos anos no Brasil, o ensino superior teve grande expansão principalmente no setor privado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e dos programas educacionais de auxílio aos estudantes para o ingresso a educação superior como, programa para financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Mediante a oferta de auxílios é de interesse compreender quais as transformações ocorridas na educação superior, especialmente na sua expansão, na equidade e permanência do estudante universitário. Este trabalho investiga as causas da ampliação das matrículas nas instituições particulares de educação superior do Brasil a partir da LDB 9394/96, a equidade e a evasão. Como conclusão é necessário uma melhor fiscalização das políticas públicas, pois a permanência do estudante no ensino superior deve ser com qualidade. A população deve cobrar dos seus governantes uma educação básica eficaz, pois não é correto delegar à universidade ou faculdade a missão de um ensino voltado para a equidade, uma vez que isso deveria ter ocorrido na formação antecessora. Na verdade quando o tratamento em relação à aprendizagem corresponder às necessidades específicas de cada um, ou seja, que atenda as competências e habilidades essenciais, pode - se dizer que o sistema educacional será equitativo.

Palavras chave: Ensino Superior, Expansão, Evasão.

ABSTRACT

SANTOS, C.C. dos The expansion university in Brazil: Commodification, public policy, equity and evasion in higher education. 2014. 46f. Monografia (Magistério do Ensino Superior) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

In recent years in Brazil, higher education was greatly expanded mainly in the private sector from the Law of Guidelines and Bases of National Education 9394/96 and the educational programs of assistance to students for admission to higher education as a priority program to fund of undergraduate students, the student Financing Fund (FIES) and the University for All Program (PROUNI). By offering aid is of interest to understand what the changes occurring in higher education, especially in its expansion, equity and permanence of the college student. This paper investigates the causes of the expansion of enrollment in private institutions of higher education in Brazil from LDB 9394/96, equity and avoidance. In conclusion better surveillance of public policies is needed as the residence of the student in higher education must be quality. The population should charge their rulers an effective basic education, it is not correct delegate to the university or college 's mission of a teaching for equity, since this should have flocked predecessor in training . In fact when the treatment in relation to meet the specific learning needs of each, or that meets the competencies and essential skills, it can be said that the educational system will be fair.

Keyword: Higher education, Expansion, Evasion

1 LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Número de Bolsas do PROUNI distribuídas no período de 2005-12.....31

Figura 2. Distribuição de bolsas PROUNI integrais e parciais no período de 2005- 12.....31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM- Banco Mundial

CEPES- Centro de Estudos políticos e Sociais

EAD- Educação à Distância

FMI- Fundo Monetário Internacional

FIES- Programa de financiamento estudantil

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FUNDEB- Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização do magistério

FUNDEF- Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério

IES- Instituição de ensino superior

IFES- Instituição Federal de ensino superior

LDB- Lei de diretrizes e bases

MEC- Ministério da Educação e Cultura

PDE- Plano de desenvolvimento da escola

PROUNI- Programa Universidade para Todos

PROINICIAR- Programa de iniciação acadêmica

REUNI- Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais.

UAB- Universidade Aberta do Brasil

UERJ- Universidade Estadual do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	LISTA DE FIGURAS	9
	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
1	A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	16
2	A EXPANSÃO E A CRISE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DA LDB 9394/96	21
3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	27
4	O IMPACTO DAS BOLSAS E FINANCIAMENTOS ESTUDANTIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR	30
5	A EQUIDADE NO ENSINO SUPERIOR.....	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	41

INTRODUÇÃO

As atribuições constitucionais da Educação Superior nas áreas de ensino, pesquisa e extensão delineiam sua missão de ordem educacional, social e institucional, ou seja, o ensino superior é propulsor da produção de conhecimento e incentivador do desenvolvimento científico e tecnológico.

O Decreto 5.773/06 registra as instituições de Ensino Superior no Brasil em sua missão e prerrogativas acadêmicas e são credenciadas em:

- Faculdades - instituições de ensino superior sem autonomia. Quando pretendem oferecer um curso devem solicitar autorização ao Ministério da Educação e da Cultura (MEC). Atuam em poucas áreas do saber, como exemplo em algumas áreas das ciências exatas e humanas.
- Universidades - consideradas um bem público, tendo como referencial o ensino associado à pesquisa e consecutivamente de formação de pesquisadores. Possuem autonomia para criar e extinguir cursos sem ter a necessidade de solicitar autorização ao MEC.
- Centros universitários que são instituições de ensino pluricurriculares, e que abrange uma ou mais áreas de conhecimentos, possuem autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior.

Na década de 90 ocorreu uma grande expansão de vagas no ensino superior. Nesse período, conseguiram ingressar na universidade particular os que vinham sendo excluídos do processo educacional por motivos como, ordem educacional, frequentaram escolas públicas e essas não os prepararam para os exames vestibulares e com poucas vagas sendo oferecidas, não se representaram; ora pela falta de poder econômico, tiveram que trabalhar muito cedo e não puderam se dedicar aos estudos; ora pelo fator geográfico, residem distantes dos centros de educação universitária, com difícil acesso e trabalhando muitas horas, a frequência aos cursos de nível superior, tornava-se impossível. Assim sendo, os anos 90 ao ampliar as suas redes de escolas representaram uma revirada educacional para essa clientela.

Em 2001, o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) lançou um programa para financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Em 2004, o Governo Federal criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequencias de formação específica, em instituições privadas de educação superior, dirigido aos estudantes do Ensino Médio da rede pública ou particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. Em 8 de junho de 2006, o governo Federal a partir do Decreto 5.800, implementa a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que consiste em um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio da metodologia da educação à distância. Em 2007, o Governo Federal instituiu o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Mediante o crescimento acelerado das instituições de ensino superior privadas, observa-se uma massificação do ensino e isso vem a chamar a atenção de estudiosos, principalmente os da área de educação.

Com a intenção de analisar alguns pontos da problemática desse tipo de serviços educacionais para o ensino superior, este trabalho objetiva analisar a expansão da educação superior no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/96, como também a frequência e a permanência dos alunos à universidade, a qual foi conferida essa oportunidade.

Embasada nas visões teóricas de alguns autores, como Bertolin, (2009), que se preocupou em estudar as origens e as características da mercantilização e investigar os impactos de tal fenômeno no desenvolvimento da educação superior. Através de um sistema criado por ele, onde se levava em conta aspectos de avaliação de instituições superiores propostos pelos organismos internacionais, como a Unesco-Cepes e o Banco Mundial e outros sistemas indicadores. Bertolin (2009), pôde constatar que a rede privada não teve um bom desempenho qualitativo, a prova disso foram os baixos conceitos recebidos.

Por meio de levantamento estatístico do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), os resultados evidenciaram que a mercantilização da educação superior no Brasil é alarmante. A qualidade do ensino foge aos princípios educacionais que priorizam o desenvolvimento sociocultural do indivíduo. Na realidade, está ocorrendo

a formação precária de um “profissional”, que acaba por refletir no enfraquecimento do crescimento econômico do país.

Sobrinho (2010), procurou demonstrar os aspectos da democratização na educação superior brasileira ao mencionar que esse evento não se limita ao simples processo de criação de vagas com os Programas PROUNI e REUNI. O essencial é promover um ensino fundamental e médio de qualidade que dê suporte necessário para que o indivíduo acompanhe o ritmo acadêmico, pois ele ainda tem que enfrentar os preconceitos devido a sua condição social e racial.

Outro tema a ressaltar é a educação mercadoria, devido a grande abertura de Instituições de Ensino Superior que visam o preenchimento de muitas matrículas e consequentemente o lucro para o empresário, isto é, atribuir à iniciativa privada o poder de manipular o ensino conforme o propósito da instituição.

A educação superior deve ter compromisso com a sociedade, reger seus princípios e a nação. Deve garantir além de oportunidades educacionais e de formação profissional, promover a equidade. Ao não serem cumpridas tais exigências, não é possível diminuir a desigualdade social.

Quais as transformações ocorridas na educação superior, especialmente na sua expansão “aligeirada”, na proposta de equidade e permanência do estudante universitário a qual foi conferida essa oportunidade? Baseada em uma pesquisa de cunho exploratório e bibliográfica, o refletir sobre a função da educação para o homem como um bem imprescindível, a expansão do ensino superior no Brasil a partir da LDB 9394/96, que proporcionou a massificação do ensino; a emergência de políticas públicas como, PROUNI e REUNI como forma de auxílio aos carentes de educação ajudam, mas inferiorizam a sua imagem, a importância de se aplicar a equidade como uma forma de abrandar a desigualdade social e investigar a evasão dos estudantes do ensino superior serão assuntos abordados como forma de identificar os rumos universitários no Brasil.

O objetivo deste trabalho é analisar a ampliação da educação superior no Brasil a partir da LDBE 9394/96, a equidade e a permanência do estudante universitário, ao qual foi conferida essa oportunidade. E tem como metas:

- explicar sobre a função da educação superior no Brasil;
- Historicizar a expansão e a crise do ensino superior no Brasil a partir da LDB 9394/96;

- Verificar as políticas públicas criadas para a educação superior no Brasil a partir de 1996;
- Avaliar o impacto das bolsas e financiamentos estudantis para a Educação Superior;
- Interpretar a proposta de equidade no Ensino Superior a partir da LDBEN.

A educação superior deve ter compromisso com a sociedade, reger seus princípios e a nação. Deve garantir, além de oportunidades educacionais e de formação profissional, a equidade. O não cumprimento de tais exigências não possibilita diminuir a desigualdade social. Caracterizar a função e a expansão do ensino superior no Brasil, a partir da LDB 9394/96 é apenas o início de uma reflexão a respeito dos rumos universitários no Brasil.

1 A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A palavra educação quando pronunciada soa apenas como um substantivo, mas quando a analisamos em outro contexto como na frase: educação para o homem, percebe-se que ela assume uma conotação de adjetivo, pois qualifica o homem que a recebe.

Severino (2013) em uma de muitas das suas reflexões escreve que a educação é um processo essencial e característico do homem, pois permite a transmissão do conhecimento de geração a geração, semelhante ao processo reprodutivo, só que no caso há transmissão de conhecimentos ao invés de apenas genes. E que esse processo de transmissão do conhecimento é extremamente antigo, basta recorrermos à constituição antropológica do homem.

Na era Pré- histórica o homem começa a dominar os elementos da natureza e utilizá-los a seu favor. As técnicas desenvolvidas como, produção do fogo, caça, confecção de armas e plantação de alimentos com o tempo não puderam ficar concentradas nas mãos de poucas pessoas. Aquilo que era transmitido por um indivíduo ao outro não foi suficiente. Portanto, surge a necessidade de um local apropriado para a difusão do saber, as “escolas”, mas nem por isso a prática informal deixou de ser repassada às pessoas.

No que se refere à educação brasileira essa teve início em 1549 e até os dias atuais vem seguindo por caminhos extremamente tortuosos. Os jesuítas foram os precursores do processo educacional. Propuseram a ensinar a fé católica, o latim e os costumes europeus aos indígenas a partir da catequese. Como resultado, os indígenas tornavam-se mais dóceis e formavam a mão de obra da época.

Grupos influentes como, latifundiários e escravocratas da colônia brasileira baseavam-se na cultura europeia. O sistema de ensino segundo o regente da família imperial seria exclusivamente destinado aos nobres e seguiria o modelo europeu. Porventura, os únicos beneficiários eram os filhos homens dos colonos. Mulheres (raras as que aprendiam), filhos bastardos e escravos, eram abdicados desse tipo de formação. A mulher bastava ser apenas uma boa mãe e dona de casa, aos escravos cabia-lhes apenas cumprir com as suas obrigações servis e quanto ao filho bastardo, restava apenas o desejo de aprender.

Hoje o homem ganhou a batalha contra a essa indiferença, e tem por direito a educação. A função da educação é de lapidar o indivíduo, para que este entenda a sua importância quanto ser humano e para com a sociedade. Que ele atue de acordo com os princípios morais e éticos constitucionais, que esteja apto a desenvolver suas habilidades e competências para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país.

Oliveira (1999) destacou a importância da educação quando mencionou o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, em que os objetivos propostos pela educação almejam em construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Comenius (o grande educador Jan Amos Seges), em sua Didática Magma relata que educar é a arte de ensinar tudo a todos, ensinar de modo certo, para obter resultados; ensinar de modo fácil, sem que docentes e discentes se molestem ou enfadem. Ao contrário, tenham grande alegria de ensinar de modo sólido, não superficialmente, ou de qualquer maneira, mas para conduzir à verdadeira cultura, bons costumes e desenvolver no ser humano a uma piedade mais profunda.

Contribuindo com a afirmação de Oliveira (1999), com o passar dos anos a necessidade de fornecer educação à população tornou-se de suma importância, sendo elencados na Constituição de 1988 os seguintes artigos:

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

Logo, entende-se por educação um processo que visa a orientar alguém, com a finalidade de conferir pleno desenvolvimento da personalidade, propiciar o saber, a instrução e o ensinar.

Para Émile Durkheim (1955), a educação independente da cultura tem a função de inserir, cultivar na criança os princípios da cultura e os aspectos intelectuais e morais. Levando-se em conta que a criança não aprende sozinha, todos esses ensinamentos, eles acabam por ser transmitidos de uma geração adulta já formada para as novas gerações.

Por tradição a educação desenvolve um papel social com duas vertentes na sociedade: socialização e diferenciação. A socialização tem por finalidade a transmissão cultural, com o intuito de fortalecer o indivíduo quanto a sua sobrevivência econômica e cultural. A diferenciação além de conferir uma base comum, prepara o indivíduo para viver em sociedade e consecutivamente, que atue nas questões sociais, políticas, ambientais, econômicas, de saúde, psicológicas e outras que lhe forem atribuídas. Mas no final, tanto a função de socialização quanto a diferenciação se completam, pois visam educar o indivíduo segundo o seu papel na sociedade.

Ao relembrar um pouco os anos 50 até o início da década de 60, a educação além de permitir a socialização e formação conferia *status* aos indivíduos que a ela tivessem acesso, ou seja, era um privilégio da nobreza e da burguesia, que fazia questão em demonstrar a sua superioridade, pois julgavam ser os únicos detentores do conhecimento e que esse só poderia ser repassado aos seus compatriotas. Outro marco histórico e antecessor ao relatado refere-se a revolução industrial. Nesse período, houve o desenvolvimento da sociedade industrial e a ênfase do

papel econômico da educação. Contudo, outras funções da educação se acentuaram como a formação profissional e a elaboração e difusão da ciência e de novas tecnologias. O surgimento dessas outras funções da educação tornou-se inevitável, pois com a diversificação da economia e o desenvolvimento industrial, fazia-se necessário a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. E com o aumento da produção dos produtos e o olhar voltado para os lucros, à educação também se ramifica ao nível tecnológico e científico estimulando inovações.

Na década de 90 a educação era considerada promotora de competitividade, porque conferia a empregabilidade e desenvolvimento social. No entanto, não se pode deixar de mencionar que essa competitividade era fruto da globalização e pela menor intervenção do Estado na economia.

Apesar da ideia da educação para a competitividade, deve-se ressaltar a concepção social da educação, como um instrumento para diminuir a desigualdade social. Assim há uma preocupação com uma educação comprometida para com todos os indivíduos independente da classe social, etnia, religião... Ou seja, o compromisso da educação é com a cidadania e promoção da competitividade.

Quando se analisa a funções da educação entende-se que ela permite o desenvolvimento intelectual da criança e do adulto, e considera-se como um processo único e, principalmente nos dias de hoje, associada única e exclusivamente à escola, questão que se torna destoante. A função da escola é promover a educação formal, onde são discutidos conhecimentos, normas, conceitos éticos e morais com o objetivo de formar pessoas aptas em viver em sociedade.

O outro lado da educação é que muitas pessoas não se responsabilizam é a educação informal, aquela que é ensinada em casa. Noções de como se comportar, comer, rezar; conhecer e aprender os princípios morais dos familiares. Além disso, há também a educação não formal, até muito próxima da educação formal. No primeiro termo ela ocorre devido ao avanço contínuo da civilização, possui disciplinas, currículos e programas, mas não oferece graus ou diplomas oficiais. Como exemplo, os estudos de línguas estrangeiras e de especialidades técnicas artísticas, atividades oferecidas em zoológicos, centros culturais, praças, onde as pessoas compartilham o seu conhecimento.

Hoje o papel sócio econômico da educação, descrito na literatura pedagógica e no discurso oficial da educação fundamenta-se nestas quatro funções: socialização, diferenciação, formação profissional e elaboração/difusão do progresso técnico.

2 A EXPANSÃO E A CRISE DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DA LDB 9394/96

Ao longo da história educacional faz - se notório a expansão do Ensino Superior no Brasil a partir da década de 1990, onde o Estado tenta se dissociar da responsabilidade em ejetar recursos financeiros nessa modalidade de ensino.

Assim as instituições privadas de Educação Superior são estimuladas pelo governo a expandirem, por meio da liberação dos serviços educacionais e da isenção fiscal, em especial, aos que se referem aos cursos de pouca duração ou aligeirados, onde o ensino é desvinculado da pesquisa.

A expansão do Ensino Superior torna-se mais evidente com a criação da LDB 9394/96 aprovada em 20 de dezembro de 1996 pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nesta condição, o Estado assume o controle e gestão das políticas educacionais e libera a oferta da Educação Superior para a iniciativa privada, o que é claramente descrito na LDB 3934/96, onde se lê:

Art. 7º O ensino é livre a iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
I – Cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II – Autorização de funcionamento e avaliação de qualidade do Poder Público; III – Capacidade de Autofinanciamento.

O artigo 7º da LDB 9394/96 deixa claro que o governo não dará recursos para a manutenção da entidade educacional. A instituição deverá gerir/ prover os seus próprios recursos para se manter. Ao governo caberá apenas avaliar se os cursos oferecidos estão de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Mas, ao olhar por esse ângulo, há pouco ou nenhum gasto em se avaliar uma instituição, porque o avaliador já recebe os seus honorários para realizar tal função que é a de fiscalizar.

Uma ressalva que se faz é mencionar que a LDB foi sancionada para atender as orientações dos organismos multilaterais internacionais, (os quais serão apontados no decorrer desse trabalho) para a implantação do modelo de Estado Neoliberal, em que a visão mercadológica assume o eixo central. O que fica estabelecido legalmente na LDB é o apontamento de três tipos de instituições educacionais privadas: as particulares, instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado; as comunitárias, também instituídas

por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais. Esse tipo de instituição é sem fins lucrativos e inclui na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; as confessionais, constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e de ideologia específica; por último, as filantrópicas que prestam serviços à população, em caráter complementar às atividades do Estado.

Apesar dessas reformas terem ocorrido em maior parte no governo de FHC, elas continuaram no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que favoreceu a expansão do setor privado, com o Decreto n. 4914 de 11/12/2003, concedendo autonomia aos Centros Universitários, e o Decreto n. 5622 de 19/12/2005 que regulamenta a Educação à distância (EAD) no Brasil.

A crise na Educação Superior teve início com a LDB 9394/96 e com a promulgação do decreto nº 2.306 de 10/08/1997. A LDB e a Globalização influenciaram muito a derrocada do ensino superior no Brasil. A LDB (REFLETIR SOBRE A LDB) por permitir que qualquer instituição venha a oferecer essa modalidade de ensino, sendo necessário quando a instituição for privada apenas autorização, reconhecimento e credenciamento por prazo limitado e com a possibilidade de renovação após uma avaliação. Se o resultado não for satisfatório haverá um prazo para que as deficiências sejam sanadas. O que intriga é isso. Como uma instituição que visa à formação de profissionais capacitados a diversas áreas como medicina, odontologia, farmácia entre outros, pode oferecer cursos tão superficiais? Pelo simples fato de ter uma segunda chance e corrigir, ao menos o que se espera. E quando acontece da instituição ser descredenciada a vida dos estudantes fica desorganizada, pois para onde serão distribuídos, como farão para retirar a sua documentação que comprova a sua matrícula e quanto ao dinheiro investido.

Afunilando mais a questão da globalização, essa interação se desenvolveu de forma ampla e rápida, graças à internet. Devido a essa grande expansão de informações, hoje a sociedade é caracterizada como a sociedade do conhecimento, e isso vem ocasionando grandes mudanças nos setores econômicos e sociais.

As mudanças que influenciaram a sociedade são as seguintes: a globalização da vida e do trabalho; o crescimento e desigualdade na urbanização; o predomínio do conhecimento e a internacionalização da educação.

A globalização da vida e do trabalho significa que hoje o perfil de um funcionário não está relacionado apenas à obtenção de um diploma. Além desse item que é importante, faz-se necessário que o profissional tenha uma educação permanente, para que não fique com suas técnicas de aprendizagens obsoletas, devido ao grande fluxo de informações. Outra questão importante a se ressaltar é que a pessoa procure se inteirar com as demais áreas de conhecimento, pois as profissões deixaram de serem apenas aquelas voltadas ao direito, engenharia e medicina (PANIZZl, 2006 p.16).

Quanto ao crescimento desordenado e desigual, destacam-se os problemas socioeconômicos, pois o índice de desemprego e violência vem aumentando. Para a violência, pode-se elencar algumas situações como, a pessoa parte para essa finalidade com a intenção de obtenção de um “ganho de vida fácil”, a necessidade de querer ter algo que dificilmente conseguiria adquirir mesmo trabalhando por muitos anos (pensamento de uma sociedade capitalista como a brasileira) e por último, a falta de oportunidade de trabalho, devido à baixa escolaridade, idade avançada, preconceito racial, etnia e etc.

O desemprego é resultado da falta de capacitação do indivíduo. Atualmente, as empresas exigem além da qualificação comprovada através de um diploma, que o profissional seja ágil, habilidoso, versátil para lidar com qualquer circunstância ou área que o cerca; que tenha objetivos a serem traçados para chegar ao que tanto almeja, além de procurar sempre renovar a sua aprendizagem (reflexo da globalização).

O crescimento populacional ocorre de maneira desordenada devido a migração de pessoas em busca de melhores condições de trabalho, estudo, moradia e qualidade de vida. Quando o indivíduo não obtém êxito, cresce o índice de violência nas cidades.

Outra questão atrelada a fatores socioculturais é a mercantilização do conhecimento, o que era até então um bem público agora é um bem comercializável para aquele que por ele possa pagar. Isto é fruto da nossa sociedade capitalista que tem um olhar voltado único e exclusivamente para o lucro.

O avanço dos meios de comunicação contribui a difusão do conhecimento. Neste sentido, os grandes empresários do setor de educação de nível superior, adequam seus centros educacionais as novas tecnologias de informação para alavancarem seus lucros. A grande desvantagem nessa prática de ensino consiste

em informações moldadas de acordo com que está sendo exigido pelo mercado de trabalho/sociedade atual. O Ensino Superior não tem exclusivamente essa finalidade, mas também tem a função de formar um indivíduo produtor de opiniões. Como resultado, a educação torna-se uma mercadoria e quem a adquire é denominado cliente, não mais aluno. E com a intenção de manter a clientela, as instituições de Ensino Superior procuram adequar as disciplinas ao gosto do cliente, ou seja, extinguem as disciplinas formadoras do desenvolvimento integral/holístico da pessoa. Reduzem a duração dos cursos e consecutivamente barateiam as mensalidades, o que causa uma disputa de mercado entre as instituições, para tentarem venderem cursos mais baratos e aligeirados.

Em relação à internacionalização do conhecimento, essa se constitui das trocas de experiências, atualizações de pesquisadores e professores com profissionais da mesma ou demais áreas distribuídos em diversos países. No entanto, esses intercâmbios devem ser conferidos com cuidado, pois a instituição privada de Ensino Superior ultimamente vem aquecendo os motores do lucro e consecutivamente acabam por chamar a atenção de empresas internacionais que ao se instalarem aqui, podem criar novos cursos e de alguma maneira conseguir tirar da Universidade o seu poder de única expedidora de títulos acadêmicos. Como no caso da fusão Kroton – Anhanguera. Esses acontecimentos provocaram a crise na educação, onde a Universidade que até então era detentora do conhecimento perdeu para a globalização. Portanto, o conhecimento deixa de ser pontual (“elite intelectual”) e passa para o ensino de “massa”.

O agravamento da crise da educação ocorre com o dismantelar do modelo tradicional ocasionado pelos anseios da sociedade atual (capitalista). No modelo atual não há preocupação com a formação de um indivíduo intelectual, que tenha um sentimento aguçado em sempre querer aprender e voltado para a realização de pesquisas, as quais servirão como uma realização pessoal, profissional e de ajuda para a população, mas na verdade é voltado para a formação superior visando o emprego e trabalho.

Pode-se afirmar que a globalização exige uma rápida e constante reformulação no ensino devido a elevada concorrência entre as instituições. No caso brasileiro, o sistema de ensino está em sua terceira transição, do sistema de elite, sistema de massa e atualmente, sistema universal.

A abertura para o crescimento das Instituições de Ensino Superior ocorreu entre os anos 80 e 90, tendo seu ápice em 2002 com 54% de aumento das matrículas. Isso representa transição do sistema de elite para o de massa.

O sistema universal (universidade pública) é composto de jovens entre 18 a 24 anos, sendo 50% de alunos da classe média e média alta, aproximadamente 48% de classe alta e 2% de indivíduos carentes. Essa desigualdade em relação aos indivíduos carentes é o reflexo do despreparo do aluno que frequenta a escola pública, porque a educação básica oferecida é extremamente deficitária. Enquanto das duas outras classes sociais, as instituições particulares e técnicas procuram seguir o modelo tradicional de ensino, onde o aluno deve somente prosseguir com os seus estudos se realmente está apto para as próximas etapas.

O acesso ao Ensino Superior deixa de ser visto como privilégio e passa a ser concebido como direito para aqueles que tiveram ao longo da educação básica pouca qualificação. A facilidade ao acesso superior é favorecida através das políticas compensatórias tais como, construção política de um sistema de massa no Brasil, estabilidade da moeda (Plano Real em 1994), um ciclo de políticas consistentes e claras voltadas para o Ensino Superior, como as políticas neoliberais (conservadora) implementadas por FHC na educação. As políticas tinham como intuito o afastamento do Estado como agente financiador; privatização das instituições públicas de ensino; o Estado como avaliador e controlador (ENEM e ENADE); preparação escolar profissionalizante e técnica para atender à demanda das empresas (pós-médio, institutos de educação, cursos normais superiores etc.); formação rápida e a distância. E a continuidade dessa política só que de caráter populista e com novas iniciativas ocorreu através do presidente Lula, vigente na época. As novas iniciativas criadas na gestão de Lula foram: o PROUNI, o REUNI e as IFES.

As duas primeiras já foram explicadas anteriormente no corpo do trabalho, mas quanto a IFES essa se refere à expansão de 10 novas Universidades Federais ou a consolidação de 49 campi nas regiões brasileiras para promover a inclusão social.

A qualidade do Ensino Superior é baixa, pois a educação básica é deficitária, onde os alunos têm dificuldade de compreensão das informações. Além os cursos de nível superior são aligeirados, voltados para o mercado de trabalho e as disciplinas humanísticas são descartadas, pois o seu conteúdo está voltado para

despertar os direitos e deveres do cidadão. E por último, a falta de *habitus* de estudo, dedicação e comprometimento do estudante.

Todo contexto de reformulação na educação Superior é devido à ação de políticas públicas implementadas nos últimos anos, mas com uma grande destaque na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Quando se aborda a questão de políticas públicas, significa toda ação executada ou não pelo governo em prol da sociedade. Segundo Oliveira (2009), há três tipos de políticas públicas: as redistributivas, as distributivas e as regulatórias.

As políticas públicas redistributivas consistem na redistribuição de renda na forma de recursos e/ou financiamento de equipamentos públicos como, bolsa universidade, renda cidadã, isenção de IPTU...

As políticas públicas distributivas constituem as ações que todo e qualquer governo deve fazer, como as podas de árvores, reparos em creche, projetos de educação ambiental entre outros. E as políticas regulatórias, que estabelecem regras, através de leis que autorizam o governo realizar, ou não determinada política redistributiva ou distributiva.

Uma política pública de destaque ocorreu na década de 1990, onde o Banco Mundial (BM) investiu na educação Superior. O Banco Mundial emerge junto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) nos Estados Unidos da América em 1994, na conferência de Bretton Woods. Na visão do Banco para que o Brasil pudesse se reerguer, era necessário investir em educação, para que assim formasse pessoas com competências e habilidades para o mercado de trabalho, aumentasse a produtividade e consecutivamente alavancasse a economia do país.

Na concepção do Banco Mundial, o melhor instituto de educação capaz de uma formação rápida para o mercado de trabalho é a instituição não universitária (ensino dissociado da pesquisa), porque não precisa ser custeada pelo Estado, pois a ele caberia apenas às funções de avaliação, credenciamento e fiscalização. Porém, a instituição financiadora recomenda que o Estado não se ausente de promover a educação superior, mas que oriente essa promoção para mecanismos regulatórios como citado anteriormente.

Outra recomendação do Banco para a reforma do Ensino Superior nos países em desenvolvimento consiste na obtenção de recursos provenientes dos alunos, ou seja, eles mesmos devem custear os seus estudos (aqui se observa bem a transferência da educação do Estado para a família).

Após um mandato presidencial de oito anos consecutivos, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso é substituído em 2003 por Luís Inácio Lula da Silva, cuja uma das metas de sua campanha era trabalhar em prol de uma educação para todos. No início do seu mandato, Lula juntamente com o primeiro ministro da educação do seu governo, Cristovam Buarque, tiveram que continuar com as reformas iniciadas no governo FHC, pois eram acordos firmados com as agências internacionais. Logo, a gestão de Cristovam Buarque foi marcada pela falta de políticas públicas regulares e ações estruturantes que se opusessem ao movimento iniciado durante a gestão anterior. Em seguida, o ministério da educação tem como ministro Tarso Genro, que tinha como secretário executivo o atual prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad (ano de 2013). Nessa gestão, ocorreram políticas tanto de médio quanto de longo prazo, as quais sinalizavam algumas rupturas com as políticas de FHC. As medidas que conseguiram ser implantadas foram:

- a) Programa Universidade para todos (PROUNI), lançado em 2004, cuja função é a de concessão de bolsas de estudos para alunos de graduação em universidades particulares. Essas bolsas são voltadas para alunos de baixa renda, onde podem ser parciais quando a renda da família do estudante chega a três salários mínimos ou bolsas integrais para aqueles, em que renda familiar é inferior a um salário e meio. Como incentivo para a universidade, o governo oferece a isenção de impostos.
- b) Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada pelo Decreto 5.800 de junho de 2006. Esse projeto consiste em um sistema integrado entre as universidades públicas, com uma metodologia à distância com o intuito de oferecer oportunidade de estudo as pessoas que não podem se matricular em um curso presencial. A oportunidade é para o público em geral, mas os professores que atuam na educação básica tem prioridade, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.
- c) O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (O REUNI), lançado em 2007. O objetivo desse

programa é a ampliação de vagas nas Universidades e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação.

d) Instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB, em vigor desde janeiro de 2007, encaminha recursos para a Educação Básica, substituindo o FUNDEF que vigorou de 1997 até 2006.

e) Instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério o PDE, lançado em 2007, que constitui - se em um conjunto de 52 ações. Tais ações encontram-se organizadas em quatro eixos: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Tecnológica, Alfabetização e Educação Continuada. O plano de ação do PDE para o ensino superior corresponde a expansão dessa modalidade de ensino.

4 O IMPACTO DAS BOLSAS E FINANCIAMENTOS ESTUDANTIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Sempre que se fala, ou pensa em políticas públicas na área da educação surge a questão das cotas. O intuito governamental é promover uma condição igualitária de oportunidades em relação ao Ensino Superior.

Para Braga (2008) e outros autores, a educação superior é vital para colocar a América Latina no caminho do desenvolvimento econômico e social sustentado, cuja chave consiste, na maior participação dos pobres e dos setores sociais excluídos, através da mobilidade social. Na visão do autor a inclusão de pobres e das populações indígenas no ensino superior evita a perda de talentos e fornece um caminho possível para superar a pobreza.

A LDB 9394/96 determina que todos tem direito a cursar a educação superior, desde que atenda os requisitos necessários impostos pelas Instituições de Educação Superior. E como critério, essas instituições criaram o vestibular, o qual nas Universidades públicas cada vaga é disputada de maneira acirradíssima, enquanto por outro lado, nas instituições de Educação Superior privada sobram vagas.

O programa Universidade para todos o PROUNI, foi criado pela medida provisória n. 213, de 10 de setembro de 2004 (Brasil, 2004) e vigorado na Lei n. 11096 em 13 de janeiro de 2005. O (gráfico 1) representa o período de 2005 a 2012, em que foram concedidas 172347 bolsas para os estudantes que se inscreveram no programa. E como há necessidade de comprovação de renda para o benefício, compreende-se que a população é extremamente carente de ensino e consecutivamente de renda (MEC 2013).

O gráfico 2 é indica que a maioria das bolsas ofertadas aos estudantes é integral. Isso demonstra que as pessoas beneficiadas são de famílias carentes, onde através dos estudos almejam uma colocação melhor no mercado de trabalho e consecutivamente uma remuneração mais digna (MEC 2013).

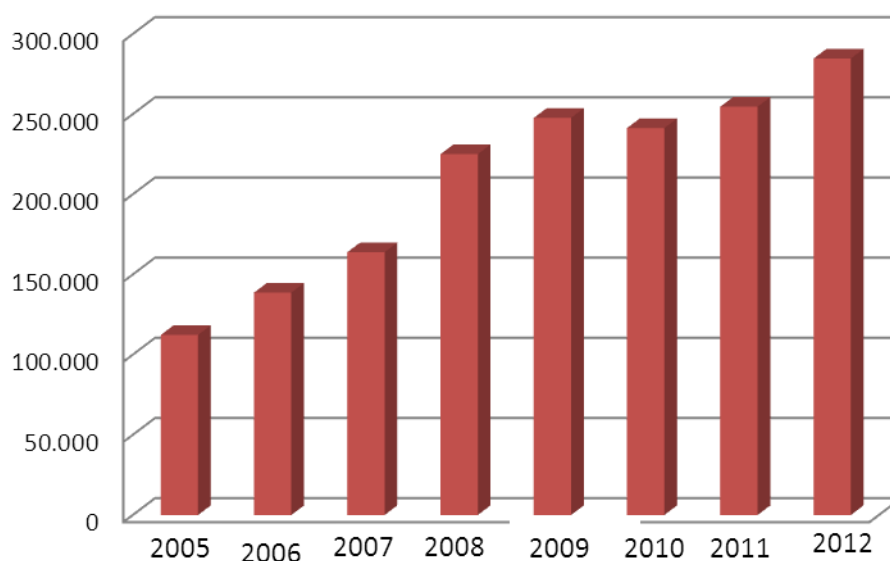


Figura 1. Número de Bolsas do PROUNI distribuídas no período de 2005-12.



Figura 2. Distribuição de bolsas PROUNI integrais e parciais no período de 2005-12

Na visão do Governo Federal essa é uma estratégia que visa a diminuição da desigualdade social, ou seja, tende a assegurar uma oportunidade maior de ofertar a educação superior, já que pessoas tão desfavorecidas economicamente e por questões étnicas são afastadas desse nível educacional.

Algumas condições foram estabelecidas pelo Governo Federal para o ingresso no PROUNI:

- Ser aprovado no exame do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com nota mínima de 45 pontos. Esse exame funciona como elemento chave na distribuição de bolsas. Os estudantes que alcançam as melhores notas têm prioridade na escolha do curso e a instituição em que pretendem estudar.
 - Renda familiar (por pessoa) de até três salários mínimos, ter cursado o Ensino Médio completo em escola pública, ou o Ensino Médio completo em escola privada com bolsa integral, ou ser portador de deficiência, ou, ainda, ser professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exercício, integrando o quadro permanente da instituição e concorrendo a vagas em cursos de Licenciatura, Normal Superior ou Pedagogia, sendo que, neste caso, a renda familiar por pessoa não é considerada.

Contudo a questão de cotas trás controvérsias. Para Catani et al., (2006, p.136) e Leher ([2004, p.1]) que são dois críticos em relação ao PROUNI, esse programa desenvolvido pelo governo quer apenas colocar os “pobres” dentro de uma instituição de ensino superior e que no caso ainda a maioria é proveniente de escola particular. Mesmo com essa oportunidade, os estudantes que ingressam não conseguem muitas vezes concluir a graduação pelos seguintes motivos:

1. Fatores socioeconômicos, pois independente da bolsa de estudo ser integral ou parcial, o estudante tem gastos com transporte, alimentação, material (livros, xerox, apostila).
2. A distância seja da residência ou do local de trabalho. O trabalho também é um obstáculo, pois gera muito cansaço físico e mental.

3. A educação básica deficitária, que impede o aluno de avançar na sua aprendizagem, logo ele se sente perdido na turma e fica desestimulado a continuar, o que leva a evasão.

Um exemplo a ser seguido para minimizar o problema da evasão é o Programa de Iniciação Acadêmica (PROINICIAR) realizado pela UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). Esse programa consiste em oficinas que são de diversas áreas do conhecimento como, Português, Inglês, Italiano, Alemão, informática e atividades culturais. Até 2008 era obrigatória a participação dos alunos cotistas nesse programa, porém nada obrigado se faz com dedicação, então logo depois virou uma atividade facultativa. Outro auxílio fornecido pela instituição consiste em uma bolsa de incentivo ao estudo – à época da pesquisa, cujo o valor fornecido ao cotista é de R\$ 250,00 mensais para sua manutenção – estendida até o dia da formatura. Anualmente o cotista tem direito ao material de apoio.

Mediante a todas as políticas em benefício aos menos favorecidos, uma opinião em comum é expressado por Catani (2006) e Leher (2004), não adianta as autoridades acharem que fizeram a sua parte só porque colocou a pessoa na IES, a eles deve também a responsabilidade de dar suporte para que o discente permaneça e conclua seus estudos. Além do mais, se a educação antecessora fosse de qualidade não haveria necessidade de se criar cotas, que por um lado auxilia e por outro promove a discriminação àqueles que a conseguiram. Os dois autores estão certos quanto ao pensamento.

A discriminação de um aluno cotista vai desde as suas condições econômicas, até a cor da pele, essa última denomina-se de racismo prático, uma forma pela qual não há verbalização, mas pensamento sobre aquela pessoa, no caso o negro. O ser pensante se pergunta, ou acha estranho um afrodescendente residir em prédio de classe média alta, de possuir um carro do ano, frequentar lugares onde há mais presença de pessoas de pele clara, enfim... A forma de pensar permite enxergar o negro sempre em uma condição inferior.

Devido a essa questão de inferioridade para com os negros/afrodescendentes fez se necessário à presença de cotas. Mas qual o intuito das cotas? Será apenas promover negro? Na verdade a questão de cotas para negros é uma maneira que foi criada para se redimir dos erros cometidos no passado com eles. Passado que

deixou muitas cicatrizes na alma desse povo sofredor. Quem não se lembra do termo escravo? Aquele que é privado da liberdade e pertence a um dono.

Os negros eram humilhados e maltratados, logo acabaram se rebelando fazendo sabotagens, revoltas e por fim a fuga para quilombos (local de refúgio). Em 13 de maio de 1888 a princesa Isabel assinou a Lei Áurea e o povo negro foi liberto, mas sem remuneração acabaram por ocupar morros e construírem moradias indignas.

A população negra ainda é marginalizada pela sociedade, são providos de pouca cultura e muitos deles exercem trabalhos braçais e mal remunerados, tudo isso fruto do pouco acesso a educação. Neste contexto, a política de cotas é uma forma de abrandar e corrigir as mazelas realizadas com os negros.

Enquanto para as ações políticas isso é benéfico, para os estudantes de IES públicas, a questão de cotas denigre o negro, pois ele não é diferente de ninguém. Conforme expresso na constituição brasileira, somos todos iguais perante a lei. Todos nós temos chances de competir por igual, basta melhorar o ensino nas nossas escolas. Dessa forma, todos que almejam estudar em uma universidade renomada terão suas vagas conquistadas por mérito e não por concessão de uma cota.

5 A EQUIDADE NO ENSINO SUPERIOR

O conceito de equidade pode ser definido conforme o filósofo grego Aristóteles, que costumava usar esse termo sempre acompanhado da palavra justiça. Segundo o filósofo, a justiça é cheia de lacunas que permitem ao homem interpretá-la de muitas maneiras e adequá-la ao contexto histórico. A equidade no ensino superior tem a função de corrigir e garantir que os direitos sejam iguais para ambas as partes.

Para Felicetti e Morosini (2013) a equidade em educação tem duas dimensões:

- Questão de justiça: assegurar a situação pessoal e social no que se diz a respeito ao sexo, situação socioeconômica ou raça. O que não deve ser um obstáculo à evolução educativa.
- Inclusão: garantir um padrão básico de educação para todos, que o indivíduo deva ser capazes de ler, escrever, e fazer cálculos aritméticos simples.

As duas dimensões estão intimamente associadas, pois combater o insucesso escolar ajuda a superar as privações sociais, as quais muitas vezes causam a defasagem no ensino.

Mas por que há preocupação para com a equidade?

Basta abrirmos os classificados de emprego onde a maioria das oportunidades exige além da experiência na área, segundo grau completo, ou nível superior. Por vezes achamos estranho que determinada vaga apareça novamente, pois o que não faltam são candidatos. Realmente, candidatos não faltam, mas faltam neles habilidades e competências para tal ocupação.

A aplicação incorreta da progressão continuada prejudica a educação básica, pois neste contexto ela está mais em função da quantidade do que com a qualidade. Os jovens e adultos concluintes dessa modalidade de ensino têm poucas chances de cursar o Ensino Superior. No contexto atual, os alunos podem ser aprovados mesmo sem terem sanado as suas deficiências. Na verdade, o objetivo da progressão continuada é que o discente seja aprovado, mesmo com suas deficiências, mas que estas sejam resolvidas nos anos seguintes. A progressão continuada foi uma proposta de organização de ciclos que nasceu na gestão de

Luiza Erundina, em 1992, mas infelizmente não foi desenvolvida de forma adequada nas gestões subsequentes, descaracterizando a função dos ciclos e gerando um quadro elevado de analfabetos funcionais. Portanto, são criadas as políticas públicas visando à equidade.

Quando há uma alusão da desqualificação da educação básica o foco maior concentra-se nas escolas públicas, pois são nelas que circulam os discentes de menor renda, negros, idade avançada para uma determinada série.

Devido a essas proporções, a universidade pública tem suas vagas preenchidas por pessoas com um poder econômico elevado e consecutivamente bem melhores preparadas para à disputa acirrada de um vestibular. Já nas Instituições particulares, as vagas ficam ociosas, pois pagar pelo ensino com a má remuneração do brasileiro torna-se extremamente difícil. Novamente é necessário pensar na equidade.

A equidade remete a noção de igualdade, mas a equidade na verdade é um termo que faz justiça a igualdade de condições. Para clarear mais essa discussão o termo igualdade é destacado em três concepções:

- 1ª. todas as pessoas são iguais, por isso a igualdade permite que não haja discriminação e privilégios para uma determinada classe social.
- 2ª. a igualdade entre as pessoas deve ser estabelecida de acordo com a igualdade material, ou seja, são iguais aqueles que possuem mais posses e os diferentes de poucas posses tornam-se iguais entre si.
- 3ª. que todos os cidadãos devam ter acesso equitativo aos bens escassos e limitados à vida. Mas ofertar a todos é algo difícil, pois de nada adianta ter sem poder manter. Logo, é necessária a criação de oportunidades de maneira igualitária para sanar tais carências.

Em uma reflexão ao longo da história sobre o sistema educacional superior brasileiro é perceptível que ele ainda é voltado para as camadas de elite, principalmente quando a fonte de ensino é uma universidade pública. Essa questão de inferioridade entre as camadas da população nos anos de 1931 a 1935 preocupava Anísio Teixeira, então secretário da Educação do Distrito Federal.

Para Anísio Teixeira se a educação é um bem público, deve ser substanciado pelo Estado. Neste sentido, o governo de forma a agradar a população proporciona a massificação do Ensino Superior pelas políticas públicas do PROUNI, FIES,

REUNI, FIES... Os estudiosos da área não são contrários aos programas, porém preferem melhores condições de ensino para todos.

Quando se pensa nesse fator de inclusão é perceptível as suas falhas, pois a oportunidade é dada para o indivíduo, mas por motivos financeiros, culturais, pouca informação sobre o curso, imaturidade entre outros, levam o indivíduo a desistir, ocorrendo assim, a questão da evasão no Ensino Superior, ou seja, abandonar o curso antes de concluí-lo.

Em relação à problemática da evasão no Ensino Superior há poucos estudos. De acordo com Bardagi e Hutz (2009) os motivos de abandono são a falta de informação sobre o curso, as disciplinas oferecidas, cansaço físico, incompatibilidade de horário das aulas e trabalho, desemprego, baixa remuneração devido as despesas com os estudos, alimentação, vestimenta, saúde e etc. Outros fatores também podem ser mencionados como, a pouca relação interpessoal, o distanciamento entre o docente e o discente (pensamento escolar), as reprovações e atrasos as aulas.

Ribeiro (2005) em seu estudo referente a evasão verificou que o problema está entre indivíduos e o Ensino Superior, ou seja, o espaço/distanciamento de ambos caracterizados anteriormente. Por isso, o indivíduo não se adapta ao ensino superior.

Outra questão a ser apontada sobre a evasão é que o indivíduo ao optar por um curso, também sonha com a ascensão profissional e realização pessoal. Porém, ao se deparar com as dificuldades no mercado de trabalho, seja por estar saturado, ou muito restrito, tende a se desmotivar e desistir do curso. Outras questões a serem levantadas são: no final do ensino médio na cabeça dos adolescentes ainda persistem muitas dúvidas e anseios profissionais. Alguns desde crianças já sabem qual a profissão irão seguir, outros acabam se espelhando na carreira profissional dos pais, ou de algum parente que obteve sucesso profissional. E por último, os estudantes que estão em “crise profissional ou financeira” e não sabem o que querem ser.

Diante de tantos percalços é de grande importância a instituição de ensino superior criar condições mais favoráveis para manter o indivíduo até o término do curso tais como, mostrar as suas instalações, serviços, as atividades acadêmicas, o que o curso oferece, atuação do profissional da área no mercado de trabalho. Outra forma de ajuda aos futuros universitários são testes vocacionais para auxiliar na

escolha da profissão, visitas aos campos universitários e promoção de palestras sobre os cursos. Além disso, criar uma ajuda de custo para os alunos, pois não adianta ofertar o curso para quem não tem condições de custear as despesas básicas de um estudante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a educação leva a compreender que a sua função é de formar um indivíduo crítico e reflexivo capaz de atuar em sociedade de acordo com os princípios éticos e morais que a regem. Contribuir aos seus semelhantes por meio de inovações tecnológicas, seja na área da saúde, política, ambiental, econômica, artística e empresarial.

A caracterização da expansão do ensino superior ocorre a partir da década de 90 com a criação da LDB 9394/96 como uma das imposições do Banco Mundial. A expansão deu-se através das instituições privadas, onde o acesso ao ensino superior que antes era delimitado a burguesia é expandido a grande massa populacional. Com isso, surgem os cursos aligeirados, cujo currículo apresenta menor carga horária de disciplinas humanistas que tem como intuito formar um indivíduo consciente, criativo, comunicativo e compreensivo, mediante aos desafios contemporâneos.

Políticas públicas como PROUNI, REUNI, FIES, IFES e UA foram criadas com o intuito de auxiliar a camada da população de baixa renda, que possuiu uma educação básica deficitária, sem condições de custear os estudos e discriminadas quanto a etnia e cor da pele. Portanto, essas políticas promovem a equidade, que consiste em conferir oportunidades iguais a todos.

Mediante essas ações das políticas públicas, que tem o intuito de ajudar o futuro estudante, ocorre o problema da evasão. Os motivos apresentados são: educação básica deficitária, a falta de informação sobre o curso, desemprego entre outros.

O paradoxo surge porque apenas se oferece a oportunidade de ingresso para o estudante no ensino superior, mas não se avalia as condições de concluí-lo. Essa falta de preocupação do governo e das faculdades leva ao fenômeno de evasão.

A redução das desigualdades só ocorrerá com a continuidade e aprimoramento das políticas públicas. Expansão de ofertas de vagas nas universidades públicas e fundação de Universidades Federais com padrão de qualidade a partir do REUNI, com a UAB pelo ensino à distância, o PROUNI, que oferece bolsas de estudos parciais ou integrais e o FIES que proporciona um

financiamento para o estudante como também as cotas raciais oportunidades melhores.

Analisando todas essas políticas públicas criadas pelo governo com o intuito de oferecer o ingresso do estudante no ensino superior, faz se necessário a reflexão do corpo acadêmico, do Estado e da população para melhoria desses programas, de forma a diminuir a mercantilização do ensino e a qualificar os estudantes. Para que assim possa-se cumprir a função primeira da educação superior e contribuir com o desenvolvimento sociocultural e o crescimento econômico do Brasil.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARRUDA, A, L.B. Políticas da educação superior no Brasil: expansão e democratização: um embate contemporâneo. **Espaço do Currículo.**, v.3, n.2, p.501 – 510, setembro de 2010 a março de 2011.

BARDAGI M,P. ; HURTZ,C,S. “Não havia outra saída”: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico – USF**, v. 14, n. 1, p. 95-105 jan/abr 2009.

BECHI, D. Mercantilização do ensino superior: os desafios da universidade diante do atual cenário educacional. **Acta Scientiarum Education.**, v. 33. N. 1, p 139-147, 2011.

BERTOLIN, J.C.G. Avaliação da educação superior Brasileira: Relevância, diversidade, equidade e eficácia do sistema em tempos de mercantilização. **Avaliação, Campinas; Sorocaba**, São Paulo. V. 14, n.2 p. 351- 383, jul. 2009.

BEZERRA, T. O.C; GURGEL, C. R. M. A política de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. **Revista Pensamento & Realidade**. ano XV- v. 27, p. 95-117,n. 2/ 2012.

BORGES, M. C de A. A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. **RBPAE.**, v. 26, n.2, p. 367-375, maio/ago 210.

BRAGA; M.. M. *Inclusão e equidade*: desafios para a educação superior na América Latina e no Caribe na próxima décadas. [estudo de caso da UFMG]. Disponível em: <<http://www.cres2008.org/upload/.../Mauro%20Mendes%20Braga.doc>>

CALDERÓN, A. I. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. **São Paulo em Perspectiva**, 14 (1). P. 61-72. 2000.

CHAVES, V,L.J. Expansão da Privatização/Mercantilização do Ensino Superior Brasileiro: A formação dos Oligopólios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n.111, p. 481-500, abr – jun 2010.

Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

CAÔN, G. F; FRIZZO, H. C. F. Acesso equidade e permanência no ensino superior: desafios para o processo de democratização da educação no Brasil. Disponível em:

<http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/.../v...Giovana_e_Heloisa.pdf

Acesso em: 06 ago 2013.

COSTA, I, G da. **Constituição e Educação. Autonomia universitária e a presença do Estado nas Instituições de ensino superior particulares.** 2010. 144 f. Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CURY. O Direito à Educação: Um Campo de atuação do Gestor educacional na escola. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>> Acesso em: 20 jun 2013.

DURKHEIM, E. **A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora.** Educação e *sociologia*, tradução Lourenço Filho. Edições Melhoramentos. 4ªed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1995, p. 25-56.

FARIAS, A da C. **Políticas públicas de acesso à educação superior, beneficiários, objetivos e resultados em Vitória da Conquista: FIES e PROUNI.** 2010. 187 F. Mestrado Em: Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FELICETTI, V. L. MOROSINI, M. C. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. **Ensaio: Av. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro. v. 17. n.62. p. 9-24. jan/mar 2009.

GOMES,A, M; MORAES,K,N. Educação Superior no Brasil Contemporâneo: Transição para um sistema de massa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan-mar 2012.

JACOMINI; M.A. Os ciclos e a progressão continuada na opinião de pais e alunos. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v. 27. n.1. p. 161-180. abr 2011.

LDB Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional. Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico] – 8º ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013 45p. Disponível em:

<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_8.ed.pdf?sequence=1> . Acesso em 20 ago. 2013. Atualizada em 5 maio de 2013.

LEITE, J,L. Política de Cotas no Brasil: política social? **R. Katál**, Florianópolis, v. 14, n.1, p 23-31 jan/jun 2011.

LIMA,K,R de S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **R. Katál**., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan/jun 2011.

Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas. vol 30. n. 106. p. 15-35 jan/abr 2009.

Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MENIN, S De S; Shimizu, A De M; SILVA.D.J da; CIOLDI, F. L; BUSCHINI.F. Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores. **Educação e Pesquisa**, São Paulo. v. 34. n. 2. p. 255-272. maio/ago 2008.

OLIVEIRA, A. F de. Políticas Públicas educacionais: Conceito e contextualização numa perspectiva didática.

Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2013

OLIVEIRA, R.P de. O Direito à Educação na Constituição Federal de 1998 e seu restabelecimento pelo Sistema de Justiça. **Revista Brasileira de Educação**, n.1. p. 61-74, mai/ju/jul/ago 1999.

OLIVEIRA, A, T de. **O Estado como agente educacional na Constituição de 1988**. 2009. 187 f. Tese (Doutorado em Direito do Estado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, R. M de; SILVEIRA, A. S da. **Acesso e permanência – desafios à problemática da evasão na educação superior do Brasil**. Disponível em: <http://www.alfaguia.org/www-alfa/images/ponencias/clabesl/ST_3_Politica_Planificacion/15_RivoireA_AcessoPermanencia.pdf> Acesso em: 18 set 2013.

PANIZZI, W. Universidade para quê? Porto Alegre: Libertos, 2006

Ribeiro, M. A. (2005). O projeto profissional familiar como determinante da evasão universitária: Um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 6(2), 55- 70.

ROCHA, C. C da; FUNES, G. P. F. M. Direito Fundamental à educação: Conceitos e evolução legislativa.

Disponível em: <intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/.../2142> Acesso em 06 jun. 2013.

SANTOS, K. S. **Políticas Educacionais no Brasil: tecendo fios**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0271.pdf>> Acesso em 15 jun. 2013

SARAIVA, L. A. S. Nunes, A de S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do Prouni. **Revista de administração pública (RAP)**. Rio de Janeiro 45 (4): 941-64. Jul/ago 2011.

SAVIANI, D; MENDES, D.T; BOSI, A; HORTA, J.S.B. **Filosofia da Educação brasileira**. In: As funções da Educação. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p.233-237.

SEGENREICH, S. C. D. PROUNI e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior. **Pro- posições**, Campinas. v. 20. n.2 (59). p. 205-222. maio/ago 2009.

SEVERINO; A. J. A filosofia e a ética na educação. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/fae/fepraxis/antonio-severino.pdf>> Acesso em: 7 abr 2013.

SEVERINO; A. J. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar**; Curitiba. n. 31. Editora UFPR. 2008 p. 73-89.

SILVEIRA; M.C da. O neoliberalismo e a educação no Brasil de FHC. **Revista Senso Comum**. N.1. 2009 p. 50-66.

SOBRINHO, J. D. Democratização, qualidade e crise da educação superior: Faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas. v.31. n.113 p. 1223-1245 out-dez 2010.

SOBRINHO, J. D. Educação Superior: Bem público, equidade e democratização. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba. São Paulo. v 18. n1. P. 107-126. Mar 2013.

SOBRINHO, J. D. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educ. Soc.**, Campinas. v. 25. n. 88. p. 703-725. out 2004.

Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 5 jun 2013.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: Predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas. v.29. n. 105. p. 991-1022. set/dez 2008.

Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>>

TEIXEIRA, A. *Educação e universidade*: Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

VIÉGAS, L. de S; SOUZA, M., P,R de. A progressão continuada no estado de São Paulo: considerações a partir da perspectiva de educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. v.10. n.2. p. 247-262. Dez 2006.

<<http://www.adusp.org.br/index.php/sem-categoria/1650-fusao-kroton-anhanguera-cartel-do-ensino-privado>>

Acesso em: 15 jan. 2014.

<<http://portal.mec.gov.br/index.php>> Acesso em: 5 junh. 2013